

Muito além das coleções

À frente do Museu do Homem, em Paris, historiadora francesa defende que as instituições culturais estejam engajadas nos debates atuais

GUILHERME COSTA

Foram as viagens pelo mundo árabe na juventude que despertaram na historiadora francesa Aurélie Clemente-Ruiz a vontade de confrontar diferentes formas de criar e pensar a arte. Nesse exercício de alteridade, ela descobriu não apenas um objeto de pesquisa, mas também a convicção de que o encontro com o outro é, acima de tudo, um caminho para o autoconhecimento.

Essa perspectiva orientou sua atuação por mais de duas décadas no Instituto do Mundo Árabe, em Paris, onde de 2001 a 2020 dirigiu exposições voltadas ao diálogo intercultural, e também como professora na Universidade Sorbonne em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, além da Escola do Louvre, na França. Em 2021, ingressou no Museu do Homem, na capital francesa, como diretora de exposições e, no ano seguinte, assumiu a direção geral, tornando-se a primeira mulher à frente da instituição desde sua criação, em 1938. O museu reúne coleções da pré-história, de antropologia biológica e cultural, assim como um centro de pesquisa, ensino, formação e divulgação sobre a evolução do homem e das sociedades.

Defensora de uma museologia engajada, a historiadora sistematizou essa visão no livro recém-lançado *Pour un musée engagé – Transmettre, interroger, inspirer* (Editions de l'Aube e Fondation Jean-Jaurès, 2025), ainda inédito no Brasil. Nele, propõe o museu como espaço de diálogo, formação cidadã e reflexão sobre temas como desigualdade e diversidade cultural.

Em março, Clemente-Ruiz esteve em São Paulo para realizar a abertura do ciclo Conferências FAPESP 2026. Na ocasião, aproveitou para visitar uma série de instituições culturais, como o Museu do Futebol e o Museu de Arte de São Paulo (Masp). “No Brasil, percebi um público mais jovem e uma relação mais descontraída com esses espaços, o que me pareceu muito revigorante. Temos muito a aprender com isso”, contou em entrevista concedida a *Pesquisa FAPESP*.



Clemente-Ruiz fotografada durante sua passagem por São Paulo

Você é a primeira mulher a dirigir o Museu do Homem. Em que medida isso se reflete na sua gestão e nas suas prioridades institucionais?

Não sei se o fato de ser mulher influencia diretamente minhas escolhas ou minha gestão, mas certamente me torna mais atenta ao lugar das mulheres nos projetos que desenvolvemos, assim como à presença de diferentes minorias e comunidades, garantindo representatividade real dentro do museu. Nosso objetivo não é impor um único ponto de vista, mas estar abertos à escuta e oferecer aos nossos visitantes uma pluralidade de perspectivas.

Vivemos em um mundo polarizado politicamente, com uma crescente fragmentação social. Que papel os museus podem desempenhar na reconstrução de laços coletivos?

O museu cumpre um duplo papel: preservar coleções e atuar como espaço de deba-



te, promovendo diálogo entre diferentes perspectivas. Em um mundo polarizado e fragmentado, nossa função é contextualizar histórica, cultural, social e politicamente os acontecimentos, evidenciando nuances. No Museu do Homem, trabalhamos de forma transdisciplinar para mostrar que não existe apenas uma maneira de compreender a realidade: fatos científicos convivem com múltiplas interpretações, abordagens e sensibilidades. Essa diversidade de olhares é justamente o que torna o museu um espaço rico e capaz de contribuir para a reconstrução de laços coletivos.

No livro recém-lançado, você apresenta o museu como um espaço de abertura ao outro e como um exercício de alteridade. Como essa ideia se traduz na prática e que experiências tornam isso possível?

O museu precisa dialogar com questões contemporâneas, conectando-se à rea-

lidade do dia a dia das pessoas. No ano passado, por exemplo, organizamos a exposição *Migrações, uma odisseia humana*, abordando um tema muito debatido na França e em outras partes do mundo. O objetivo foi apresentar dados científicos, contextualizar o fenômeno historicamente e ampliá-lo para uma perspectiva global, mostrando por que as pessoas migram e quais são as consequências. Não se trata de julgar se a migração é boa ou ruim, mas de oferecer compreensão. A exposição, que recebeu mais de 200 mil visitantes, foi complementada por debates, conferências e oficinas para jovens, permitindo que experimentassem na prática o que significa ser migrante e exercitar a alteridade.

Você acredita que os museus podem ir além da conservação do patrimônio e ajudar as pessoas a pensar sobre o lugar que ocupam no complexo mundo de hoje?

Sim. A coleção existe e é importante porque alimenta a reflexão, mas não é suficiente em si mesma. Ela está lá para nos fazer pensar sobre nós enquanto humanos, sobre o mundo que nos rodeia e sobre o que queremos para o amanhã, em que mundo queremos viver. Há também uma dimensão ecológica que não podemos ignorar. Tentamos abordá-la sem culpar as pessoas, mas com uma perspectiva holística e ampla. O homem está sempre inserido em um ambiente, onde quer que esteja, e cada ação individual gera um impacto coletivo. O museu está talvez na fronteira disso, pensando o individual e o coletivo com consciência longitudinal. Afinal, estamos aqui também para conservar coleções, mas o que conservamos para as gerações futuras?

Nesse contexto, os museus devem se posicionar nos debates contemporâneos ou manter uma postura de neutralidade?

Na prática, é possível conciliar os dois. Em um museu público, precisamos manter certa neutralidade, pois não estamos ali para tomar partido. Mas isso não significa ser indiferente: um museu evolui dentro de um contexto social, cultural e político, e isso exige escolhas. Nenhuma instituição é totalmente neutra, porque todos somos influenciados pelo que nos cerca. A diferença está entre engajamento e militância, e é nessa fronteira que procuro atuar. Também acompanho o que outras instituições vêm fazendo nesse sentido. O Museu d'Orsay, em Paris, por exemplo, reúne um acervo magnífico de arte do século XIX, especialmente pinturas de paisagens. Recentemente, criaram um percurso mostrando aos visitantes como essas paisagens se relacionam com a crise ambiental atual. É um espaço de belas-arts que propõe uma experiência sobre um tema extremamente contemporâneo, fazendo as pessoas refletirem sobre sua relação com o meio ambiente. Ou seja, os museus podem se engajar a partir das próprias coleções, sem abrir mão de sua essência.

E essa instituição deve também ser um espaço de emoção?

Sem dúvida. Existe uma dimensão sensível no museu que é essencial preservar, ou seja, a emoção que surge no encontro com uma obra. É isso que alimenta o diálogo entre o visitante, a criação artística

e o contexto ao redor, tornando o museu um espaço singular. Essa experiência não precisa ser uniforme: não somos obrigados a gostar das mesmas obras e essa diversidade de percepções é parte fundamental da experiência. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que o museu não existe apenas para exibir o que é considerado “mais belo”, “mais valioso” ou “mais refinado”, como foi comum durante muito tempo. A partir dos anos 1960, houve uma mudança importante nessa visão em países como a França. O museu passou a se afirmar como um espaço mais inclusivo, onde diferentes públicos têm lugar e múltiplas histórias podem ser contadas.

Em seu livro mais recente, você discute os desafios do financiamento, especialmente a tensão entre a busca por recursos para inovar e a necessidade de manter independência em relação a patrocinadores. Que caminhos são possíveis hoje para os museus públicos?

É uma questão complexa. Na França, os recursos públicos vêm diminuindo, o que leva muitas instituições a buscar financiamento privado. Nesse processo, no Museu do Homem, seguimos um princípio ético fundamental: somos nós que definimos os projetos e só depois buscamos parceiros. Nunca o contrário, e jamais alteramos nossos conteúdos em função de financiadores. O problema é que, quando tratamos de temas sensíveis, torna-se mais difícil obter apoio. E isso nos coloca diante de um dilema: ainda é possível sustentar projetos mais ousados contando apenas com recursos públicos? Essa é uma pergunta urgente. Por isso, é essencial fortalecer o diálogo com os gestores públicos, para que compreendam a importância dessas iniciativas. Sem esse apoio, corremos o risco de nos tornar excessivamente dependentes do financiamento privado.

No Brasil, instituições como o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, adotam um modelo de gestão híbrido, com participação do poder público, da iniciativa privada e da filantropia. Esse formato, que tem ampliado o público e o vínculo com a comunidade, pode ser um caminho para os museus de forma geral?

Os modelos francês e brasileiro são bastante diferentes. Na França, os museus públicos estão vinculados a diferentes esferas do Estado, ou seja, nacional, regional ou municipal, enquanto as iniciativas privadas, em geral, aparecem na forma de fundações empresariais. A combinação desses dois modelos ainda é pouco comum. Historicamente, o Estado teve um papel central na gestão da cultura, mas esse modelo vem sendo questionado nos últimos anos diante da redução dos recursos públicos. Ainda não desenvolvemos um sistema híbrido como o brasileiro, que me parece uma alternativa bastante interessante, especialmente por estimular parcerias e diversificar as fontes de financiamento.

Há diferenças entre os papéis dessas instituições na França e no Brasil?

De modo geral, considero os museus brasileiros mais avançados nas questões de acessibilidade e democratização social do que os franceses e europeus. No nosso caso, o peso de uma tradição museológica mais longa acabou, de certa forma, sacralizando essas instituições. Elas ainda são vistas como espaços quase intocáveis. No Brasil, percebi um público mais jovem e uma relação mais descontraída com esses espaços, o que me pareceu

“

Acho os museus brasileiros mais avançados nas questões de acessibilidade e democratização social do que os europeus

muito revigorante. Temos muito a aprender com isso. Não por acaso, foi no Brasil que nasceu a museologia social, nos anos 1970, justamente com consciência de que os museus têm um papel social e político, estão ligados a um território e precisam dialogar com as comunidades ao seu redor. Na França, esse processo seguiu outro caminho. Por isso mesmo, acredito que o intercâmbio entre nossas instituições é tão importante. Há aprendizados valiosos dos dois lados.

Falando sobre os mais jovens, as redes sociais mudaram profundamente a forma como as pessoas buscam conhecimento e informação. Como isso impacta o papel tradicional dos museus?

É fundamental estar presente no universo digital, produzir conteúdos relevantes e garantir visibilidade, não apenas para atrair visitantes, mas também para existir de fato nesse espaço. Precisamos considerar também outros indicadores, como o número de acessos aos sites ou de downloads de aplicativos dos museus. Isso revela formas de uso que não são presenciais, mas que fazem parte da experiência contemporânea e são igualmente importantes. Se queremos dialogar com as gerações mais jovens, não podemos abrir mão dessa comunicação digital. E não se trata apenas de divulgar atividades: é essencial oferecer conteúdo consistente, que informe, provoque reflexão e gere interesse real.

Você visitou algum museu durante sua estadia em São Paulo? Quais foram suas impressões?

Fui, por exemplo, ao Museu do Futebol, ao Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo [MAC-USP], ao Masp, ao Museu Afro Brasil, além de uma exposição no Sesc Pompeia. Em todos os lugares, o visitante estava no centro da abordagem, os projetos eram dinâmicos e as equipes muito engajadas, mesmo sendo pequenas, em vários casos. Nessas visitas, vi o papel social dos museus acontecendo de verdade, com um nível muito alto de profissionalismo. Todos temos nossas dificuldades de espaço, orçamento e pessoal, mas o que senti aqui foi uma vontade real de fazer acontecer, e isso é sempre muito estimulante. ●